



EDITAL Nº 72, DE 11 DE JULHO DE 2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

O Reitor da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Lei nº 8.745/1993 combinada com a Lei nº 12.772/2012 e no que dispõem o Decreto nº 9.739/2019 e o Decreto nº 7.485/2011, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado visando à contratação de Professor Substituto para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nos termos deste edital, da Resolução nº 07/2017 do Consepe/UFPB e, subsidiariamente, no que couber, da Resolução nº 74/2013 do Consepe/UFPB, sem prejuízo às demais legislações aplicáveis.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO SELETIVO

- 1.1. O presente Edital estará integralmente disponibilizado no Diário Oficial da União, bem como, no site das unidades acadêmicas responsáveis por cada um dos processos e, ainda, no site da Progep.
- 1.2. As seleções cujas inscrições são abertas pelo presente edital são totalmente autônomas e independentes entre si, não havendo entre elas qualquer vínculo de subordinação ou dependência quanto à validade, ao gerenciamento e ao quantitativo de vagas do edital.
- 1.3. Para equivalência de áreas de conhecimento afins será considerada como parâmetro a Tabela de Áreas do Conhecimento utilizada pela Capes e disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>.
- 1.4. Haverá uma Comissão Examinadora específica para cada certame a ser constituída por 03(três) membros titulares e 03(três) membros suplentes, com titulação igual ou superior à exigida para os candidatos, lotados no Departamento/Unidade Acadêmica ou, subsidiariamente, em outros departamentos, desde que observados os casos de impedimento ou suspeição nos termos da Lei nº 9.784/1999 ou do art. 11 da Resolução nº 07/2017 do Consepe.
 - 1.4.1. Os nomes que compõem a Comissão Examinadora serão divulgados na página eletrônica do respectivo Departamento/Unidade Acadêmica, ou da respectiva Direção de Centro, e no local das inscrições.
 - 1.4.2. Os candidatos poderão, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da homologação das inscrições, arguir o impedimento de membro da Comissão Examinadora perante o Colegiado do Departamento, exclusivamente, com base nos motivos previstos da Lei nº 9.784/1999 ou do art. 11 da Resolução nº 07/2017 do Consepe.
- 1.5. É de responsabilidade dos departamentos o gerenciamento das seleções de suas respectivas áreas, cabendo a respectiva unidade acadêmica a divulgação e publicização de quaisquer alterações quanto ao cronograma das provas em suas páginas eletrônicas, murais ou outro meio de comunicação efetivo.
- 1.6. As contratações serão feitas pelo prazo determinado de até 01(um) ano, podendo ser prorrogadas até o limite legal estabelecido no art. 4º da Lei nº 8.745/1993.
- 1.7. O regime de trabalho será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o estabelecido neste edital.
- 1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final no Diário Oficial da União, podendo, a critério da Administração Pública, representada pelas unidades acadêmicas responsáveis pelo Processo Seletivo, ser prorrogado por igual período.
- 1.9. A concorrência para as vagas deste edital é livre e em condições de igualdade, havendo divulgação do resultado final em três listas, a saber: I. lista geral contendo todos os candidatos aprovados; II. lista específica contendo todos os candidatos aprovados nas cotas para pessoas pretas ou pardas; III. e, por fim, lista específica contendo todos os candidatos aprovados nas cotas destinadas às pessoas com deficiência.
- 1.10. O candidato deverá observar atentamente as informações sobre a aplicação de prova uma vez que poderá se inscrever para uma ou mais áreas no presente Processo Seletivo, devendo fazê-lo através de inscrições distintas.
- 1.11. Para as áreas com mais de uma vaga, quando determinado em sorteio que uma (ou mais) delas seja destinada às cotas, os candidatos cotistas terão preferência na nomeação obedecendo-

se a ordem prevista no Anexo II – Ordem de Nomeação.

1.12. Todas as informações prestadas ou omitidas durante o certame serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936/1979, sendo também eliminado do concurso público e podendo responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

2. DAS INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CARGO

2.1. Poderá haver contratação de professor substituto no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, mediante contrato de trabalho por prazo determinado, exclusivamente para ministrar aulas em curso de graduação, em substituição eventual de servidor da carreira de magistério.

2.2. De acordo com o regime de trabalho, o número de horas-aula obedecerá ao disposto em Resolução nº 52/2018 – Consepe, que estabelece critérios de atribuição de carga horária para docentes da UFPB.

2.3. É vedado ao professor substituto a redução de carga didática de qualquer natureza, devendo sua atividade priorizar o trabalho em sala de aula.

2.4. Não poderá ser alterado o regime de trabalho de professores substitutos durante a vigência do contrato temporário de trabalho.

3. DA REMUNERAÇÃO

3.1. A remuneração será nas classes e níveis iniciais da carreira do Magistério Superior regulamentada pela Lei nº 12.772/2012, conforme tabela a seguir:

QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO

Classe	Denominação	Regime De Trabalho	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação		
				Especialização	Mestrado	Doutorado
A	Auxiliar	T-20	2.437,59	243,76	-	-
		T-40	3.412,63	511,90	-	-
	Assistente	T-20	2.437,59	-	609,40	-
		T-40	3.412,63	-	1.279,74	-
	Adjunto	T-20	2.437,59	-	-	1.401,62
		T-40	3.412,63	-	-	2.943,39

3.2. O vencimento básico será acrescido de auxílio-alimentação, nos termos da legislação vigente.

3.2.1. Caso o candidato aprovado já seja servidor público e sendo permitida a acumulação de cargos na forma da Constituição, será devida a percepção de um único auxílio-alimentação, o qual deverá ser escolhido mediante opção, conforme art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 3.887/2001.

3.2.2. O auxílio-alimentação a ser concedido ao servidor, cuja jornada de trabalho seja inferior a trinta horas semanais, corresponderá a cinquenta por cento do valor mensal fixado.

3.3. O professor substituto fará jus ao pagamento da Retribuição por Titulação – RT de acordo com a titulação exigida no edital de abertura do Processo Seletivo, conforme Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas, independentemente de o candidato possuir titulação superior a exigida.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições deverão ser realizadas na secretaria do departamento responsável pela área objeto do Processo Seletivo **entre os dias 29 de julho e 2 de agosto de 2024.**

4.1.1. A taxa de inscrição será cobrada observando os seguintes valores:

a) Regime de trabalho T-20 horas – R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) Regime de trabalho T-40 horas – R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

4.2. Serão aceitas inscrições efetuadas pessoalmente pelo candidato, por procuração ou por via postal (tipo Sedex).

4.2.1. Cada um dos departamentos acadêmicos disponibilizará, mediante simples requerimento verbal de qualquer interessado, independente de inscrição ou pagamento de taxas, cópia do programa/conteúdo programático e o calendário do(s) concurso(s) sob sua responsabilidade, assim como a composição da respectiva Comissão Examinadora, podendo os referidos documentos serem disponibilizados de modo eletrônico ou informado o meio digital em que podem ser consultados.

4.2.1.1. O conteúdo programático das áreas de conhecimento se encontra disponível no Anexo IV deste edital.

4.2.2. O requerimento de inscrição será dirigido a Comissão Examinadora de cada departamento responsável pelo Processo Seletivo e enviado a secretaria do departamento, com os documentos exigidos no item 4.3 deste edital.

4.2.3. As inscrições presenciais deverão ser realizadas no horário de funcionamento da secretaria do departamento acadêmico responsável pela área objeto do concurso, nos endereços listados no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica.

4.2.4. Na inscrição por procuração, o procurador do candidato, no ato da inscrição, deverá apresentar, além das cópias dos documentos do candidato exigidos no item 4.3 deste Edital, original e cópia de seu documento de identidade civil, ou apenas cópia autenticada deste, e procuração particular, específica para tal fim, desde que tenha assinatura do outorgante, não podendo atuar como procurador servidor público federal, nos termos do art. 117, da Lei nº 8.112/1990, sob pena de indeferimento da inscrição.

4.2.5. Na inscrição por via postal, o candidato deverá remeter, dentro do prazo do edital para as inscrições presenciais, por meio de Sedex com Aviso de Recebimento (AR), correspondência endereçada ao departamento acadêmico responsável pelo Processo Seletivo, contendo cópia de todos os documentos exigidos para a inscrição (vide item 4.3 deste edital), sob pena de indeferimento.

4.2.5.1. As inscrições por via postal serão recebidas pela unidade acadêmica, nos endereços listados no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica, em até 03 (três) dias úteis após a data de encerramento das inscrições.

4.2.5.2. A inscrição por via postal (tipo Sedex), se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando a UFPB por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

4.3. No ato da inscrição, é necessário que o candidato apresente, os seguintes documentos: I. Requerimento de Inscrição, disponibilizado pela secretaria do departamento responsável pela presente seleção e no endereço eletrônico <http://www.progep.ufpb.br/progep/colecoes/editais-docente>, em link específico do Processo Seletivo; II. Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, cujo valor consta no item 4.1.1 deste edital, o qual deverá ser efetuado mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, encontrada no site <https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru>, utilizando os seguintes dados: Unidade Gestora Arrecadadora: 153065; Código de recolhimento: 28883-7(TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO); cpf e nome do candidato (a); número de referência: 150647254; competência: mês e ano do pagamento; vencimento: data do pagamento. Não serão aceitos comprovantes de agendamento; III. Cópia de documento oficial de identidade com foto e Cadastro de Pessoa Física (CPF); IV. *Curriculum vitae* ou *lattes* devidamente comprovado; V. Foto 3x4 recente.

4.3.1. Não há vedação quanto à inscrição para mais de uma área. Todavia, dada a independência entre os certames, para cada inscrição deve ser observado o disposto no item 4.3 com a realização de pagamento de Guia de Recolhimento da União distinta (uma para cada inscrição), cabendo ao interessado verificar a compatibilidade entre o cronograma de provas das áreas de seu interesse.

4.4. O candidato transgênero (pessoa que não se identifica plenamente com o gênero atribuído culturalmente a seu sexo biológico) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL (nome pelo qual a pessoa transgênero prefere ser chamada cotidianamente, em contraste com o nome civil oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero), deverá indicar em campo destinado no Requerimento de Inscrição o NOME SOCIAL pelo qual deseja ser atendido, e que estará vinculado ao seu nome civil, bem como ao documento de identidade, CPF e data de nascimento.

4.4.1. O candidato que solicitou o atendimento pelo NOME SOCIAL terá o seu pedido indeferido quando for identificada qualquer fraude nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados.

4.4.2. Os departamentos deverão adotar o nome social conforme requerimento da pessoa, observando-se o disposto no Decreto nº 8.727/2016.

4.5. Será negada liminarmente a inscrição requerida sem a entrega de toda a documentação exigida, não se admitindo a juntada de quaisquer documentos após o término do prazo estabelecido para as inscrições no edital do Processo Seletivo.

4.6. Terminado o prazo das inscrições, os requerimentos e a documentação recebidos serão analisados pela Comissão Examinadora, que divulgará, no prazo máximo de 3(três) dias úteis, no site do departamento e/ou Direção de Centro, a relação dos pedidos deferidos especificando os candidatos que optaram por concorrer às cotas destinadas às pessoas com deficiência e/ou pretas ou pardas, nos termos dos itens 6 e 7 deste edital.

4.7. No caso de indeferimento de inscrição, o candidato que se julgar prejudicado poderá recorrer, com efeito suspensivo, ao Colegiado Departamental, enviando por e-mail, devidamente identificado, a justificativa fundamentada, dentro de um prazo máximo de **10 (dez) dias** a contar da divulgação da relação que trata o item 4.5.

4.8. Os candidatos poderão, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da lista de homologação de inscrições, arguir o impedimento de membro da Comissão Examinadora, com base nos motivos previstos na Resolução nº 74/2013 do Consepe/UFPB e/ou no art. 18 da Lei nº 9.784/99, cabendo recurso ao Consepe, no mesmo prazo, quando do seu indeferimento.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Os pedidos de isenção poderão ser efetuados pessoalmente pelo candidato, por procuração ou por via postal (tipo Sedex), **entre os dias 29 de julho e 30 de julho de 2024.**

5.1.1. Nas solicitações realizadas por procuração, o procurador designado deve estar munido de procuração particular com assinatura do outorgante.

5.1.2. As solicitações por via Sedex devem ser enviadas dentro do prazo e serão recepcionadas pela unidade acadêmica interessada até 3 (três) dias úteis após a data de encerramento.

5.2. Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593/2008 têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo, mediante as seguintes condições: a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 11.016/2022; e b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022.

5.2.1. Para obter isenção nos termos do item 5.2, o candidato deverá realizar a solicitação entre os dias **entre os dias 29 de julho e 30 de julho de 2024** e entregar, junto com os documentos exigidos no item 4.3, comprovante de cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que pode ser gerado pelo seguinte endereço eletrônico: <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/comprovante>.

5.2.2. O departamento responsável deverá verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição por meio do número de autenticidade constante no comprovante.

5.3. Poderão, ainda, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 13.656/2018, ser isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos que **entre os dias 29 de julho e 30 de julho de 2024** entregarem, junto com os documentos exigidos no item 4.3, atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação e o número cadastrado no REDOME.

5.4. As informações prestadas e omissão de informações, bem como a documentação comprobatória apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936/1979, sendo também eliminado do processo seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

5.5. Serão indeferidos os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição a candidato que: a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas; b) fraudar e/ou falsificar documentação; c) pleitear a isenção sem apresentar cópia de um ou mais dos documentos solicitados; d) não entregar, toda e de uma só vez, a documentação exigida; e) requerer isenção após ou entregar a documentação fora do prazo fixado; f) não cumprir os requisitos exigidos para obtenção da isenção pretendida.

5.6. Os resultados dos pedidos de isenção serão divulgados pelo Departamento/Unidade Acadêmica responsável pelo processo seletivo e/ou respectiva Direção de Centro até **31 de julho de 2024**.

5.7. O candidato cuja solicitação for indeferida poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição e, **excepcionalmente**, apresentar cópia do comprovante de pagamento até o término do período designado para inscrições.

5.8. Após o pagamento da taxa de inscrição, em hipótese alguma esta será devolvida, exceto se o processo seletivo for cancelado ou por decisão da Universidade que deverá ser publicada no Diário Oficial da União.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, na Lei nº 14.768/2023, nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações, bem como na Súmula nº 377/2009 do Superior Tribunal de Justiça e na Súmula nº 45 da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular).

6.2. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu artigo 40, participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 9.739/2019.

6.3. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurado o direito de inscrição para os cargos em processo seletivo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.

6.4. Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 9.508/2018, e pelo Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações, fica reservado o percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas existentes neste edital e das que vierem a surgir, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência.

6.5. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 6.4 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por cargo, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.

6.6. Conforme sorteio público realizado no dia 23/05/2024, e divulgado através da Chamada Pública do dia 21 de maio de 2024, serão destinadas às pessoas com deficiência 1 (uma) vaga imediatas, conforme Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas.

6.6.1. Se durante a validade dos processos seletivos regidos por este edital surgirem novas vagas, os demais aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência serão contratados observando-se os critérios definidos pela legislação vigente.

6.7. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá fazer sua inscrição, observando os seguintes procedimentos:

6.7.1. Marcar, no Requerimento de Inscrição, a opção "sim" no campo referente a pessoa com deficiência e especificar, nos campos destinados para tal fim, o tipo e qual a necessidade de atendimento especial para realização das provas;

6.7.2. Conferir seus dados submetendo Requerimento de Inscrição e atestado/laudo médico junto aos demais documentos exigidos para inscrição no item 4.3.

6.7.3. Caso não assinale o desejo de concorrer à(s) vaga(s) destinada(s) às pessoas com deficiência, no ato da inscrição, ou não cumpra os procedimentos descritos neste edital para concorrer à cota pretendida, o candidato perderá o direito e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas da ampla concorrência.

6.7.4. Poderá também ser aceito laudo médico comprovando a deficiência, desde que o laudo tenha sido expedido a, no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de inscrição, seja legível e contenha a descrição da espécie e do grau ou nível da deficiência do candidato, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como sua

provável causa, além do nome, assinatura e CRM ou RMS do médico que forneceu o laudo.

6.8. O candidato com deficiência, se aprovado na forma deste edital, além de figurar na lista de classificação para ampla concorrência, caso também seja classificado dentre os aprovados desta categoria, terá seu nome constante na lista específica de pessoas com deficiência, por unidade acadêmica/área de conhecimento.

6.9. Ao ser convocada para investidura no cargo, a pessoa com deficiência deverá submeter-se à avaliação médica, antes da data de sua possível contratação, com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência com o cargo que pretende ocupar.

6.9.1. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação de que trata o item acima.

6.9.2. O departamento responsável pelo processo seletivo ficará encarregado de encaminhar os(as) candidatos(as) aprovados(as) a avaliação médica.

6.9.3. A avaliação médica será realizada por equipe multidisciplinar da Universidade Federal da Paraíba.

6.10. Se a deficiência do candidato não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas na legislação vigente este perderá o direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência e será desclassificado, caso não tenha atingido os critérios classificatórios para ampla concorrência.

6.11. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos habilitados nesta condição serão preenchidas pelos candidatos da ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória por unidade acadêmica/perfil de habilitação.

7. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS PRETAS OU PARDAS (PPP)

7.1. Ficam reservadas aos negros **20% (vinte por cento)** das vagas ofertadas para cada cargo, conforme a Lei nº 12.990/2014.

7.2. A distribuição das vagas imediatamente reservadas aos candidatos negros foi realizada mediante sorteio público no dia 23/05/2024.

7.3. Se durante a validade dos concursos regidos por este edital surgirem novas vagas, os demais aprovados para as vagas reservadas às cotas raciais serão nomeados observando-se os critérios definidos pela legislação vigente.

7.3.1. Na inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou habilitados para as vagas destinadas às pessoas pretas ou pardas, tais vagas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem geral de classificação da área.

7.4. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

7.4.1. Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos concorrerão concomitantemente às vagas reservadas aos negros e aquelas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Processo Seletivo, bem como, aquelas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição.

7.4.2. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.5. Para concorrer como pessoa preta ou parda, o candidato deverá fazer sua inscrição, observando os seguintes procedimentos:

7.5.1. Preencher o requerimento de inscrições disponibilizado pelo departamento responsável pelo concurso público, também disponível no site da Progep em endereço específico destinado ao presente concurso, e marcar a opção "sim" no campo referente a "Candidato autodeclarado negro";

7.5.2. Conferir os dados e submeter o Termo de Autodeclaração junto aos demais documentos exigidos para inscrição no item 4.3;

7.5.3. Caso não assinalar o desejo de concorrer à(s) vaga(s) destinada(s) às pessoas pretas ou pardas, no ato da inscrição, ou não cumprir os procedimentos descritos neste edital para concorrer à cota pretendida, o candidato perderá o direito e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas da ampla concorrência, salvo se não incorrer nas hipóteses de eliminação previstas.

7.5.4. Até o final do período de inscrição do certame será facultado à pessoa desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

7.6. Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos serão submetidos, em momento anterior a homologação do resultado final do processo seletivo pelo Colegiado Departamental, a procedimento de verificação da heteroidentificação.

7.6.1. O departamento responsável pelo concurso público ficará encarregado de encaminhar os candidatos cotistas aprovados a procedimento de heteroidentificação devendo realizar solicitação perante a Comissão de Heteroidentificação instituída no âmbito da UFPB, através de processo eletrônico administrativo específico para este fim.

7.7. Será constituída uma comissão avaliadora formada por cinco integrantes distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

7.8. O candidato autodeclarado negro será convocado por meio de edital de convocação para se apresentar à Comissão de Heteroidentificação, em data, local e horários designados no edital de convocação e disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/comissao-de-heteroidentificacao>.

7.8.1. A Comissão de Heteroidentificação fará convocação através de e-mail do candidato que foi cadastrado no ato da inscrição com o horário do procedimento de heteroidentificação do candidato aprovado e/ou classificado no Processo Seletivo. O horário fixado será o horário oficial local. Não será permitida representação por procuração, nem serão aceitos pedidos de segunda chamada à realização do procedimento heteroidentificação, e não serão aceitas justificativas de qualquer natureza para atrasos ou não comparecimento do candidato.

7.8.2. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário estabelecido, munido de documento de identificação oficial com foto, sem uso de: a) Maquiagem; b) óculos (escuros ou de grau); c) acessórios na cabeça (boné, chapéu, lenço, burca, gorro, qualquer outro objeto sobre a cabeça, acessórios); d) roupas (estampadas) que

impossibilitem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato. Não serão tolerados atrasos.

7.8.3. Não haverá segunda chamada para o Procedimento de Heteroidentificação Complementar a Autodeclaração de Negros.

7.8.4. A pessoa que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será eliminada do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas.

7.8.5. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos. O candidato que se recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação também será excluído do Processo Seletivo.

7.8.6. A Comissão de Heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado. As deliberações da Comissão de Heteroidentificação terão validade apenas para esse Processo Seletivo.

7.8.7. Serão consideradas, exclusivamente, as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação.

7.8.8. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais e municipais ou em certames de qualquer natureza.

7.8.9. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.

7.8.10. O Edital de resultado provisório no procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/comissao-de-heteroidentificacao> da UFPB, conforme cronograma estabelecido no edital de convocação.

7.9. Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas no procedimento de heteroidentificação concorrerão às vagas da ampla concorrência, bem como aquelas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição. Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal a pessoa prejudicada.

7.10. O candidato poderá interpor recurso quanto ao resultado da verificação da autodeclaração junto à comissão designada para tal fim, nos termos definidos pela Comissão de Heteroidentificação e previamente informados.

7.10.1. A comissão recursal será composta por três integrantes distintos das pessoas que compõem a comissão de heteroidentificação.

7.10.2. Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pela pessoa prejudicada.

7.10.3. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

7.10.4. Será admitida a interposição de recurso contra o resultado provisório do Procedimento de Heteroidentificação no período 10 (dez) dias, a contar da divulgação do resultado provisório, o qual será submetido à comissão recursal. Não serão aceitos recursos apresentados fora deste período.

7.10.5. Para fins de interposição de recurso, o candidato poderá requerer cópia do parecer elaborado pela comissão, referente a si mesmo, por meio do e-mail: heteroidentificacao@reitoria.ufpb.br.

7.10.6. O recurso deverá obedecer aos ditames do edital de convocação.

7.11. Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

7.12. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que apresentar falsa declaração, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

8. DO PROCESSO SELETIVO

8.1. As provas serão realizadas segundo cronograma específico de cada departamento acadêmico, conforme estabelecido no **Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica**.

8.1.1. O processo consistirá em Prova Didática, de caráter eliminatório, com peso 06 (seis), e Prova de Títulos, de caráter classificatório, com peso 04 (quatro).

8.2. A prova didática constará de aula expositiva ou de natureza teórico-prática, sobre um tema a ser sorteado entre os previamente definidos **no Anexo IV**. O plano de aula é item obrigatório da prova didática, devendo o candidato entregar uma cópia a cada examinador, antes do início da prova, sob pena de eliminação.

8.2.1. Os locais e horários da prova didática serão previamente designados pela Comissão Examinadora e divulgados no site do departamento responsável e/ou Direção de Centro antes do início das inscrições, junto com as informações necessárias para aplicação das provas, sob pena de nulidade.

8.2.2. A forma de aplicação da prova didática será determinada pelo departamento responsável e divulgada no site do departamento e/ou Direção de Centro antes do início das inscrições, desde que observado o disposto nos artigos 18 a 21 da Resolução Consepe nº 07/2017.

8.2.3. As sessões de prova didática deverão comportar, no máximo, apresentações de 04 (quatro) candidatos por turno.

8.2.4. A ordem de apresentação e os temas correspondentes a cada sessão de provas serão sorteados com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao início da sessão, sendo obrigatória a presença do candidato no sorteio.

8.2.5. No julgamento da prova didática, de acordo com o tema sorteado ao candidato, a Comissão Examinadora considerará os seguintes critérios gerais pontuando conforme o Anexo III deste edital: a) domínio do conteúdo (valor máximo: 60 pontos); b) sequência lógica e coerência do conteúdo (valor máximo: 24 pontos); c) concisão (valor máximo: 16 pontos).

8.2.6. As provas didáticas serão necessariamente expressas na língua portuguesa, ressalvadas aquelas referentes aos certames para preenchimento de vagas na área de línguas estrangeiras e de Libras.

8.3. Caberá pedido de reconsideração em relação ao resultado provisório da prova didática dispondo, o candidato interessado, de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar da data da divulgação da nota provisória, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório podendo ainda ser admitido pedido de reconsideração por meio eletrônico.

8.3.1. O pedido de reconsideração será dirigido à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, que se reunirá em sessão pública para decidir, de forma fundamentada, pela manutenção ou alteração da nota atribuída ao candidato recorrente. Na impossibilidade da Comissão Examinadora se reunir, a sessão poderá ser realizada com a presença exclusiva do Presidente da Comissão Examinadora, o qual deverá ler e disponibilizar para os presentes o inteiro teor das manifestações dos membros ausentes sobre o pedido objeto do julgamento.

8.3.2. Cada pedido de reconsideração de resultado será distribuído por sorteio, alternadamente, a um dos membros da Comissão Examinadora que será designado como relator, vedado o julgamento monocrático do pedido.

8.3.3. O pedido de reconsideração interposto tempestivamente contra o resultado provisório da prova didática será julgado pela Comissão Examinadora nos prazos estabelecidos em edital de resultado provisório.

8.3.4. Ao candidato que manifestar o interesse de usufruir do direito de pedido de reconsideração contra o resultado provisório da prova didática será fornecida cópia da tabela de pontuação prevista no Anexo VI da Resolução nº 07/2017 do Consepe, mediante requerimento à Comissão Examinadora de Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

8.3.5. Serão indeferidos os pedidos intempestivos, sem fundamentação, sem identificação ou que não guardem relação com o objeto do Processo Seletivo Simplificado.

8.4. Só terá seus títulos examinados o candidato que obtiver, no mínimo, média 70,0 (setenta pontos inteiros) na Prova Didática. A Comissão Examinadora atribuirá nota 100 (cem) à prova de títulos do candidato que obtiver o maior número de pontos, atribuindo aos demais candidatos notas diretamente proporcionais a da melhor prova, de acordo com os anexos VI e VII da Resolução nº 07/2017 do Consepe.

8.4.1. A prova de títulos constará da apreciação dos documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos referentes à experiência docente, científica, técnica, tecnológica, extensionista, cultural, artística ou profissional, como também trabalhos realizados ou publicados nos últimos 05 (cinco) anos.

8.5. Caberá pedido de reconsideração em relação ao resultado provisório da prova de títulos nos mesmos termos do item 8.3 e seguintes.

8.6. O candidato que não atingir a pontuação mínima de aprovação em qualquer etapa da seleção que tenha protocolado seu pedido de reconsideração tempestivamente ficará habilitado a participar da etapa de avaliação seguinte. Caso o pedido de reconsideração seja indeferido, a participação na etapa seguinte será desconsiderada para todos os efeitos.

8.7. A classificação do processo seletivo será feita em ordem decrescente da nota final de cada candidato, sendo esta igual à média ponderada das notas obtidas na prova didática e na prova de títulos, observados seus respectivos pesos, sob a seguinte fórmula: $Mp = (p1 \cdot x1 + p2 \cdot x2) / p1 + p2$. Onde: Mp: Média aritmética ponderada; p1 e p2: pesos; x1 e x2: notas das provas.

8.7.1. No cálculo das notas finais, os resultados serão apresentados até a primeira casa decimal, desprezando-se as frações menores que 0,05 (cinco centésimos), arredondando para a decimal mais próxima, se os centésimos forem iguais ou superiores a 5 (cinco).

8.7.2. Em caso de empate na média final de classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: I. idade mais elevada, nos termos do Parágrafo único do art. 27 da Lei nº 10.741/2003; II. maior nota obtida na prova didática; III. maior titulação acadêmica; IV. tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições, conforme estabelece o art. 440 do Código de Processo Penal Brasileiro.

8.8. Será permitido ao candidato interpor recurso junto ao Conselho de Centro, com efeito suspensivo, contra o parecer do Colegiado Departamental sobre o Relatório Conclusivo do processo seletivo divulgado nas unidades promotoras do certame, de acordo com o cronograma e as condições a serem definidas pelo Departamento/Unidade Acadêmica ou instância equivalente. O prazo máximo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias a contar da divulgação do parecer, e deve ser feito no Departamento/Unidade Acadêmica Responsável pelo Processo Seletivo, podendo ainda ser admitido pedido de reconsideração por meio eletrônico.

8.9. Homologado o resultado do processo seletivo, será publicada no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados de acordo com o limite estabelecido no anexo II do Decreto nº 9.739/2019, por ordem de classificação e observando-se o disposto no Decreto nº 3.598.

8.10. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o anexo II do Decreto nº 9.739/2019, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

8.11. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a publicação do resultado final no Diário Oficial da União e decorridos os prazos para interposição de recursos, o Departamento/Unidade Acadêmica responsável, por meio do Centro ao qual está vinculado entrará com o processo de solicitação de contratação de Professor Substituto juntamente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

9.1.1. Quando da contratação para a ocupação da vaga sorteada para a reserva de vagas, a prioridade será dos(as) candidatos(as) que estiverem devidamente inscritos(as) e aprovados(as) enquanto cotistas, sendo observada a ordem de convocação descrita no Anexo II deste edital.

9.2. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático, mas apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a assinatura do contrato condicionada à observância das disposições da Lei nº 8.745/93, e demais legislações aplicáveis, a todas as condições deste edital, à rigorosa ordem de classificação, ao prazo de validade do processo seletivo e ao exclusivo interesse e conveniência da Universidade Federal da Paraíba.

9.3. O candidato deverá atender, cumulativamente, para a contratação temporária, aos seguintes requisitos:

- a) possuir a titulação exigida para a correspondente área de conhecimento, devidamente reconhecida pelo MEC;
- b) ser aprovado e classificado no processo seletivo;
- c) não possuir contrato vigente nos termos da Lei nº 8.745/93, inclusive nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da nova contratação resultante do presente processo seletivo;
- d) não ser ocupante de cargo efetivo da carreira do magistério superior, de que trata a Lei nº 12.772/2012;
- e) se servidor de nível superior da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, comprovar formalmente a compatibilidade de horários;
- f) ser brasileiro ou estrangeiro portador do visto permanente ou temporário;
- g) ter idade mínima de 18 anos completos;
- h) gozar dos direitos políticos;
- i) estar quite com as obrigações militares, para brasileiros com idade entre 18 e 45 anos;

9.3.1. É proibida a recontração do professor substituto com base na Lei nº 8.745/93 antes de transcorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento do último vínculo, independente da duração do vínculo anterior.

9.4. O candidato aprovado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias contados da convocação por correio eletrônico, para se apresentar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, localizada no prédio da Reitoria do Campus I – João Pessoa da UFPB, onde deverá entregar a documentação exigida no item 9.5 deste edital e assinar o contrato.

9.5. Para assinatura do contrato serão exigidos os seguintes documentos, cópia e original: a) documento de identidade oficial com foto; b) Cadastro de Pessoa Física (CPF); c) comprovante de situação cadastral no CPF; d) Certidão de Nascimento ou Casamento; e) título de eleitor; f) Certidão de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, conforme o caso, para os candidatos do sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos; g) certidão de quitação com as obrigações eleitorais, para brasileiros(as); h) Declaração do departamento atestando que a titulação apresentada pelo candidato atende aos requisitos específicos do edital de abertura; i) diploma(s) de graduação e/ou de pós-graduação, comprobatórios da escolaridade/titulação exigida para o cargo; j) comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver); k) comprovante de dados bancários (conta salário, cuja comprovação poderá se dar através de contrato, cartão da conta, parte superior do extrato bancário); l) comprovante de residência atual (expedido no máximo a 90 dias); m) declaração de acumulação lícita ou não acumulação de cargos emitida pela CPACE; n) cópia do passaporte, para estrangeiros; o) Declaração de que não exerceu vínculo temporário nos últimos 24 meses; p) Comprovante da entrega da Declaração e-Patri, realizada via sistema e-Patri; q) Formulário de dados para contratação temporária; r) Termo de responsabilidade e confidencialidade.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Não será admitida complementação de documentação fora do prazo fixado para a inscrição.

10.2. O contrato terá duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido no art. 4º da Lei nº 8.745/93.

10.2.1. A contratação visa atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93, observadas as seguintes hipóteses: I - vacância do cargo (exoneração, demissão, posse em outro cargo inacumulável, falecimento ou aposentadoria); II - nomeação para ocupar cargo de reitor, vice-reitor, pró-reitor, diretor de campus; III - licença gestante e adotante, desde que registrada pela Junta Médica/SIASS; IV - afastamento para tratamento da própria saúde, quando superior a 60 (sessenta) dias; V - afastamento para estudo ou missão no exterior; VI - afastamento para participação em programa de pós-graduação e/ou pós-doutorado; VII - afastamento para servir a organismo internacional; VIII - afastamento para exercício de mandato eletivo; IX - afastamento para servir a outro órgão ou entidade; X - licença para acompanhamento de cônjuge; XI - licença para desempenho de mandato classista; XII - licença para o serviço militar.

10.3. Os candidatos aprovados, excedentes às vagas ofertadas, serão mantidos em cadastro de reserva durante o prazo de validade do processo seletivo e poderão, por interesse da instituição, ser contratados em função da disponibilidade de vagas.

10.4. Os títulos previstos no art. 8º da Lei nº 12.772/2012, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente e na forma do art. 48, §§2º e 3º da Lei nº 9.394/96.

10.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após publicação desse edital no DOU, mediante Requerimento Padrão de Impugnação de Edital em formato pdf e digitalmente assinado dirigido à Progep/UFPB, em relação às disposições gerais, por meio do e-mail editaisdsp@ufpb.br, ou ao departamento que promove o certame, em relação às disposições específicas da respectiva área, por meio do e-mail da unidade especificado no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica, o qual será respondido pela autoridade competente em até 03 (dias) úteis.

- 10.5.1. Os pedidos de impugnação devem ser enviados no modelo do Requerimento Padrão de Impugnação de Edital disponível no Anexo V deste edital, digitalmente assinado pelo requerente, e acompanhado de documento de identificação oficial com foto, ambos em formato PDF.
- 10.5.2. Serão indeferidos os pedidos que não atendam ao disposto no subitem 10.5.1, intempestivos, sem endereçamento, sem identificação, sem fundamentação, apócrifos ou com assinaturas digitalizadas (escaneadas e inseridas como imagem), assim como, aqueles que não guardem relação com o objeto do Processo Seletivo Simplificado.
- 10.6. Os prazos previstos neste Edital serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.
- 10.7. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
- 10.8. Salvo disposição em contrário, os prazos deste edital expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- 10.9. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos editais, informações, avisos e congêneres, seja pelo Diário Oficial da União, pelos quadros de aviso do departamento acadêmico responsável pelo concurso, ou pelos sites da UFPB.
- 10.10. As disposições editalícias, se eventualmente contrárias ao disposto na Lei nº 8.745/1993, no Decreto nº 9.739/2019 e na Resolução nº 07/2017 do Consepe, bem como, demais legislações aplicáveis, não prevalecerão sobre as disposições dos referidos diplomas normativos, os quais serão aplicadas aos casos concretos.

VALDINEY VELOSO GOUVEIA
REITOR

ANEXO I

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR UNIDADE ACADÊMICA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN) – Fone: +55 (83) 3216-7430					
Departamento de Matemática (DM) – Fone: +55 (83) 3216-7434 – E-mail: secretaria@mat.ufpb.br – Horário: 09h às 12h e 14h às 17h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Matemática	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	2	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Matemática com Mestrado em Matemática ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 16 e 19/08/2024; 2) Prova de títulos: 22/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 27/08/2024					
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE) – Fone: +55 (83) 3216-7460					
Departamento de Metodologia da Educação (DME) – Fone: +55 (83) 3216-7446 –E-mail: dme@ce.ufpb.br – Horário: 8h às 12h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Didática	T-40	Classe A /Denominação Assistente A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 27 e 29/08/2024; 2) Prova de títulos: 03/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 06/09/2024					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Ciências Sociais e Educação Popular Subárea: Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular	T-40	Classe A /Denominação Adjunto A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Pedagogia com Doutorado em Educação.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 22/08 e 23/08/2024; 2) Prova de títulos: 29/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 03/09/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA) – Fone: +55 (83) 3216-7176					
Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) – Fone: +55 (83) 3216-7459 – E-mail: concursodfc@gmail.com – Horário: 8h às 12h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					

Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Contabilidade Societária	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Ciências Contábeis e Mestrado em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 21 e 22/08/2024; 2) Prova de títulos: 26/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 09/09/2024					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Demografia, Matemática Atuarial e Teoria do Risco	T-20	Classe A /Denominação Auxiliar A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Ciências Atuariais.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 24 e 25/09/2024; 2) Prova de títulos: 27/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 08/10/2024					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Matemática Financeira, Métodos Quantitativos e Finanças	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Ciências Contábeis e Mestrado em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 27, 28 e 29/08/2024; 2) Prova de títulos: 02/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 13/09/2024					
Departamento de Gestão Pública (DGP) – Fone: +55 (83) 3216-7449 – E-mail: deptogestaopublica@ccsa.ufpb.br – Horário: 8:30h às 12h e 14h às 16:30h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Economia, Contabilidade e Finanças Públicas	T-40	Classe A /Denominação Assistente A	-	-	1
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado em Economia, Contabilidade ou Finanças. Graduação em Economia ou Contabilidade.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 20/08 a 22/08/2024; 2) Prova de títulos: 29/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 03/09/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS) – Fone: +55 (83) 3216-7175					
Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF) – Fone: +55 (83) 3216-7347 – E-mail: depfarm@ccs.ufpb.br/substitutodcf@ccs.ufpb.br – Horário: 8h às 12h e 13h às 17h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Química Farmacêutica	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Farmácia ou Farmácia Generalista e Mestrado em Ciências Farmacêuticas ou áreas afins					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 21/08/2024; 2) Prova de títulos: 28/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 03/09/2024					
Departamento de Clínica e Odontologia Social (DCOS) – Fone: +55 (83) 3216-7251 – E-mail: dcossccs@gmail.com – Horário: 8h às 12h e 13h às 17h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado IV e Estágio Supervisionado V	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Odontologia com Mestrado em Odontologia ou Ciências Odontológicas ou Clínica Odontológica.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 27/08/2024; 2) Prova de títulos: 29/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 30/08/2024					
Departamento de Enfermagem Clínica (DENC) – Fone: +55 (83) 3216-7248 – E-mail: secdemca@ccs.ufpb.br – Horário: 8h às 12h e 13h às 16h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD

Fundamentos de Enfermagem	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado em Enfermagem.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 20/08/2024; 2) Prova de títulos: 23/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 27/08/2024					
Departamento de Fonoaudiologia (DFONO) – Fone: não informado – E-mail: concursoufonoufpb@ccs.ufpb.br – Horário: 8h às 11h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Saúde Coletiva	T-20	Classe A /Denominação Auxiliar A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Fonoaudiologia e Especialização em Saúde Coletiva ou Saúde Pública ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 17/09/2024; 2) Prova de títulos: 19/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 20/09/2024					
CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS (CEAR) – Fone: +55 (83) 3216-7268					
Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) – Fone: +55 (83) 3216-7857 – E-mail: dee@cear.ufpb.br – Horário: das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Gerência de Projetos e Empreendedorismo	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação e Mestrado em uma das seguintes áreas e áreas afins: Engenharia, Administração, Computação ou Economia.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 02/09/2024; 2) Prova de títulos: 05/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 09/09/2024					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Circuitos Elétricos e Dispositivos Eletrônicos	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação e Mestrado em Engenharia Elétrica ou Eletrotécnica ou Eletrônica.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 26/08/2024; 2) Prova de títulos: 29/08/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 02/09/2024					
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES (CCTA) – Fone: +55 (83) 3216-7866					
Departamento de Artes Cênicas (DAC) – Fone: +55 (83) 3216-7921 – E-mail: artesescenicasccta.ufpb.br – Horário: não informado Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Práticas artístico-pedagógicas em Dança	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Dança ou Teatro ou Artes Cênicas ou Educação Artística e Mestrado em Dança ou Teatro ou Artes Cênicas ou Educação ou Artes ou em qualquer área com ênfase em Artes Cênicas.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 28/08 e 29/08/2024; 2) Prova de títulos: 05/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 10/09/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CCA) – Fone: +55 (83) 3362-1700					
Departamento de Zootecnia (DZ) – Fone: +55 (83) 99996-2527 – Email: dz@cca.ufpb.br – Horário: 7h às 12h e das 13h às 16h Endereço: UFPB – Campus II – Rodovia BR 079 – Km 12 – Areia /PB – CEP: 58.397-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Melhoramento Animal e Genética	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação e Mestrado em Zootecnia ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 27/08/2024; 2) Prova de títulos: 03/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 12/09/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCA) – Fone: +55 (83) 3291-4506					
Departamento de Ciências Sociais (DCS) – Fone: +55 (83) 3049-4301 – E-mail: dcscae@gmail.com – Horário: 9h às 13h e 14h às 18h					

Endereço: UFPB – Campus IV – Av. Santa Elizabeth, S/N, Centro – Rio Tinto/PB – 58.297-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Filosofia (Geral, Filosofia da Educação, Ensino de Filosofia)	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado na área de conhecimento.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 21 a 23/08/2024; 2) Prova de títulos: 04/09/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 09/09/2024					

**ANEXO II
 ORDEM DE NOMEAÇÃO**

Áreas de Conhecimento com Vaga Reservada Prioritariamente a Pessoas com Deficiência (PcD), conforme Decreto Nº 9.508/2018	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
5º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
Áreas de Conhecimento com Vaga Reservada Prioritariamente a Pessoas Pretas ou Pardas (PPP), conforme Lei Nº 12.990/2014	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
5º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)
Áreas de Conhecimento com Vaga sem Reserva Prioritária	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
5º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)

**ANEXO III
 FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS COM POTUAÇÃO POR ITENS**

A. TÍTULOS ACADÊMICOS OBTIDOS (apenas o maior título será utilizado para pontuação):		
Título	PONTUAÇÃO	
	Valor	Atribuída
Diploma de Doutor, Livre Docente ou Notório Saber	40,0	
Diploma de Mestre	20,0	
Certificado de Especialização	8,0	
Certificado de Residência Médica credenciada pelo MEC	8,0	
Certificado de aperfeiçoamento	5,0	

SUBTOTAL A:		
--------------------	--	--

B. ATIVIDADES DE ENSINO E DE EXTENSÃO:			
Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída
Exercício de Magistério em Ensino Superior	1,0/ano	10,0	
Exercício de Magistério em Educação Básica	0,3/ano	---	
Atividades de administração, supervisão e orientação pedagógica em Educação Básica	0,2/ano	---	
Participação em ensino não regular (conferências, mesas redondas, cursos, etc.) na área/subárea do concurso	0,2/item	2,0	
Orientação de tese de doutorado aprovada na área/subárea do concurso	4,0/tese	---	
Orientação de tese de doutorado aprovada fora da área/subárea do concurso	2,0/tese	10,0	
Orientação de dissertação de mestrado aprovada na área/subárea do concurso	2,0/tese	---	
Orientação de dissertação de mestrado aprovada fora da área/subárea do concurso	1,0/tese	5,0	
Orientação de monografia de especialização aprovada na área/subárea do concurso	0,5/monografia	---	
Orientação de monografia de especialização aprovada fora da área/sub-área do concurso	0,2/monografia	2,0	
Orientação de monografia ou trabalho final em curso de graduação na área/subárea do concurso	0,2/monografia	---	
Orientação de grupo PET	0,5/grupo-ano	2,0	
Orientação de bolsista de iniciação científica ou de iniciação à docência na área/subárea do concurso	0,2 / bolsista-ano	---	
Orientação de bolsista de monitoria	0,2 / bolsista-ano	2,0	
Orientação de bolsista de extensão na área/subárea do concurso	0,2 / bolsista-ano	---	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de tese de doutorado na área/subárea do concurso	0,5/tese	---	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de tese de doutorado fora da área área/subárea do concurso	0,3/tese	3,0	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de dissertação de mestrado na área/subárea do concurso	0,3/dissertação		
Participação como membro efetivo de banca examinadora de dissertação de mestrado fora da área/subárea do concurso	0,2/dissertação	2,0	
Participação como membro efetivo de comissão examinadora de concurso público para o magistério superior	0,3/concurso	1,5	
Coordenação de projeto de extensão ou de iniciação à docência	0,5/projeto	3,0	
Coordenação de curso de extensão de duração mínima de 15 horas-aula	0,2/curso	2,0	
Exercício de monitoria, iniciação científica ou participação em grupo PET, ou atividade de extensão	0,2/semestre	---	
SUBTOTAL B:			

C. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA OU SUBÁREA DO CONCURSO:			
Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída

Autoria de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	6,0/livro	---	
Organização de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	3,0/livro	---	
Autoria de capítulo de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	3,0/capítulo	---	
Tradução de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	2,0/livro	---	
Artigo completo publicado em periódico científico ou apresentação artística em mostras ou similares, na área/subárea do concurso, classificado no Estrato do Qualis Área CAPES como nível:	A1	6,0/artigo	
	A2	4,5/artigo	
	A3	4,0/artigo	
	A4	3,8/artigo	
	B1	3,5/artigo	
	B2	3,0/artigo	
	B3	2,5/artigo	
	B4	2,0/artigo	
	B5	1,5/artigo	
C	1,0/artigo		
Trabalho científico apresentado em congresso e publicado na íntegra em anais na área/subárea do concurso	1,0/trabalho	---	
Trabalho científico apresentado em congresso com resumo expandido publicado em anais ou em revistas especializadas na área do concurso	0,2/trabalho	2,0	
Trabalho científico apresentado em congresso com resumo simplificado publicado em anais ou em revistas especializadas na área do concurso	0,1/trabalho	2,0	
Relatório técnico de pesquisa publicado	0,5/relatório	2,5	
Trabalhos técnicos e artísticos especializados	0,5/trabalho	8,0	
Prêmios por atividades científicas, artísticas e culturais	0,5/prêmio	5,0	
Consultorias a órgãos especializados de gestão científica, tecnológica ou cultural ou consultorias técnicas prestadas a órgãos públicos e privados	0,5/consultoria	4,0	
Artigos especializados publicados na imprensa	0,2 / artigo	2,0	
Manuais e outros instrumentos didáticos com ISBN ou publicados em mídia com corpo editorial	0,4/item	4,0	
Participação em congressos e seminários	0,2/participação	2,0	
Patente nacional ou internacional concedida na área/subárea do concurso	6,0/patente	---	
Patente nacional ou internacional submetida na área/subárea do concurso, desconsiderando multiplicidade de registros nos vários países	1,0/patente	3,0	
SUBTOTAL C:			

D. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA OU SUBÁREA DO CONCURSO:			
Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída
Reitoria	1,0/ano	6,0	

Vice-reitoria, direção de Centro ou Pró-reitoria	0,5/ano	3,0	
Outros cargos de administração, como direção de departamentos de Pró-Reitorias ou assemelhados	0,2/ano	1,0	
Participação como membro de Conselho Superior de Universidades	0,2/ano	1,0	
Chefia de departamento, coordenação de Colegiado de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-graduação de caráter permanente	0,2/ano	1,0	
Coordenação de Curso de Especialização de caráter permanente ou eventual	0,2/ano	1,0	
SUBTOTAL D:			

**ANEXO IV
 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Departamento de Matemática (DM) – CCEN – CAMPUS I
Área: Matemática
CONTEÚDO: 01. Limites e continuidade de funções reais de uma variável; 02. Definição de derivada, propriedades, reta tangente e exemplos; 03. Aplicações de derivada: máximos e mínimos locais e absolutos – gráficos de Funções; 04. Teorema do Valor Médio e aplicações; 05. Vetores, produto interno, produto vetorial e produto misto de vetores; 06. Retas e planos no espaço; 07. Cônicas – circunferência, elipse, parábola e hipérbole; 08. Espaços vetoriais, subespaços, subespaços gerados e base; 09. Transformações lineares; 10. Autovalores, autovetores – Diagonalização.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Metodologia da Educação (DME) – CE – CAMPUS I
Área: Didática
CONTEÚDO: 01. Teorias clássicas e contemporâneas do campo da didática; 02. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 03. Formação docente e pesquisa na sala de aula; 04. Didática, formação de professores e BNCC; 05. Didática, gênero e sexualidades; 06. Didática, questões étnico-raciais e Interculturalidade; 07. Avaliação educacional e avaliação da aprendizagem; 08. Didática e cultura digital.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Área: Ciências Sociais e Educação Popular/ Subárea: Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular
CONTEÚDO: 01. Relações entre as transformações no mundo do trabalho e a EJA; 02. Aspectos teóricos e metodológicos da educação de jovens e adultos; 03. Formação docente para a educação de jovens e adultos; 04. Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos; 05. Relações entre Movimentos Sociais, Direitos Humanos e EJA no Brasil; 06. Políticas Públicas e os marcos legais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; 07. Concepções e Práticas da Educação Popular na América Latina.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) – CCSA – CAMPUS I
Área: Contabilidade Societária
CONTEÚDO: 01. Elementos das demonstrações contábeis; 02. Operações com mercadorias: compra, venda, apuração de estoques e baixa; 03. Operações financeiras ativas e passivas; 04. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; 05. Investimentos em coligadas, controladas e joint ventures; 06. Consolidação das demonstrações contábeis; 07. Combinação de negócios; 08. Mensuração ao valor justo e mudanças nas taxas de câmbio; 09. Ativo imobilizado e propriedade para investimento; 10. Operações descontinuadas e ativo não-circulante mantido para venda.
REFERÊNCIAS: BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. MARIONS, J. C.; RIOS, R. P. Contabilidade avançada. São Paulo: Atlas, 2020. 440 p. ALMEIDA, M. C.; ALMEIDA, R. J. Contabilidade geral assuntos complementares. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2021. 335 p. CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos Contábeis, interpretações e orientações. https://www.cpc.org.br . SALOTTI, B. M.; LIMA, G. A. S. F.; MURCIA, F. D.; MALACRIDA, M. J. C.; PIMENTEL, R. C. Contabilidade financeira. São Paulo: Atlas, 2019. 440 p. SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 632 p.
Área: Demografia, Matemática Atuarial e Teoria do Risco
CONTEÚDO: 01. Teoria da Transição Demográfica; 02. Componentes da dinâmica demográfica; 03. Anuidades aleatórias nos tempos contínuo e discreto; 4. Seguros de vida nos tempos contínuo e

discreto; 05. Prêmios únicos, periódicos, puros e comerciais do ramo vida; 06. Reserva Matemática em seguros de vida e planos de previdência; 07. Teoria das múltiplas vidas; 08. Modelo de Risco individual; 09. Modelo de Risco Coletivo; 10. Aplicações em Resseguros.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, G. H. W. Seguros, Matemática Atuarial e Financeira – Uma Abordagem Introdutória. Saraiva, 2008.
BOWERS, N. L.; GERBER, H. U.; HICKMAN, J. C.; JONES, D. A.; NESBITT, C. J. Actuarial Mathematics. 2. ed. Society of Actuaries, 1997.
CASUALTY ACTUARIAL SOCIETY, Credibility, Foundations of Casualty Actuarial Science, 2001.
CORDEIRO FILHO, A. Cálculo Atuarial Aplicado. São Paulo: Atlas, 2009.
DAYKIN, C. D.; PENTIKAINEN, T.; PESONEN, M. Practical Risk Theory for Actuaries. Chapman Hall, 1995.
ELANDT-JOHNSON, R.C.; JOHNSON, N. L. Survival Models and Data Analysis, John Wiley, 1999.
FERREIRA, P. P. Modelos de Precificação e Ruína para Seguros de Curto Prazo. Funenseg, 2002.
GERBER, H. Life Insurance Mathematics. 2. ed. Springer, 1995.
GRUPO DE FOZ. Métodos demográficos: uma visão desde os países de língua portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Blucher, 2021.
JORDAN, C. W. Life Contingencies. Society of Actuaries, 1991.
KLUGMAN, S. A. Bayesian Statistics in Actuarial Science: with Emphasis on Credibility, Kluwer Academic Publishers, 1992.
PACHECO, R. Matemática Atuarial de Seguros de Danos. São Paulo: Atlas, 2014.
PIRES, D. M.; MARQUES, R. A. G; FERREIRA, L; COSTA, L. H. Fundamentos da Matemática Atuarial: Vida e Pensões. Editora CRV, 2021.
PRESTON et al. Demography: Measuring and Modeling Population Processes. Blackwell, Malden, USA, 2001.

Área: Matemática Financeira, Métodos Quantitativos e Finanças

CONTEÚDO: 01. Juros compostos e juros simples; 02. Descontos; 03. Sistemas de amortização (Francês, Constante e Americano); 04. Séries de pagamentos uniformes; 05. Equivalência de capitais e taxas (nominal, efetiva, de inflação, aparente e real); 06. Estrutura de Capital e Política de Financiamento; 07. Métodos de avaliação de investimentos de capital; 08. Probabilidade; 09. Método dos mínimos quadrados ordinários; 10. Séries temporais.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Tomas A. Estatística aplicada a administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 15 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022.
FARO, C.; LACHTERMACHER, G. Introdução a matemática financeira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
GUJARATI, Damodar N. Econometria básica. São Paulo: Makron Books, 2000.
ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey; LAMB, Roberto. Administração Financeira. 10. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

Departamento de Gestão Pública (DGP) – CCSA – CAMPUS I

Área: Economia, Contabilidade e Finanças Públicas

CONTEÚDO: 01. Teoria do consumidor e teoria da firma; 02. Políticas de Estabilização; 03. Plano Real e o setor público brasileiro; 04. Políticas econômicas em economia aberta: IS/LM/BP; 05. Moeda, Inflação, Taxa de juros e seus impactos na economia; 06. Políticas de Desenvolvimento Econômico e Regional; 07. Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público; 08. Federalismo fiscal brasileiro; 09. Planejamento, execução orçamentária e geração de informação contábil; 10. Plano de contas aplicado ao setor público e matriz de saldos Contábeis.

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF) – CCS – CAMPUS I

Área: Química Farmacêutica

CONTEÚDO: 01. Métodos de planejamento e obtenção de fármacos; 02. Influência das propriedades físico-químicas e estereoquímica dos fármacos na farmacocinética e farmacodinâmica; 03. Teoria dos receptores e relação estrutura química-atividade farmacológica (REA); 04. Metabolismo de Fármacos; Aspectos moleculares de Fármacos Antibacterianos; 05. Aspectos moleculares de Fármacos Antiparasitários; 06. Aspectos moleculares de Fármacos Ansiolíticos e anticonvulsivantes; 07. Aspectos moleculares de Fármacos Anti-Histaminérgicos; 08. Aspectos moleculares de Fármacos Anti-inflamatórios (esteroidais e não esteroidais); 09. Aspectos moleculares de Fármacos Cardiovasculares.

REFERÊNCIAS:

Patrick, G.L. An Introduction to Medicinal Chemistry. 4ª. Ed. New York: Oxford University Press, 2009.
Barreiro, E.J.; Fraga, C.A. M. Química Medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
Thomas, G. Química Medicinal: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Jonh M. Beale Jr. Jonh Block. Wilson and Gisvold's Textbook of Organic. Medicinal and Pharmaceutical Chemistry. 12ª edition. Wolters Kluwer. 2010. Montanari, C. A., Química Medicinal: Métodos e Fundamentos em Planejamento de Fármacos, Edusp/Fapesp, 2011.
Departamento de Clínica e Odontologia Social (DCOS) – CCS – CAMPUS I
Área: Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado IV e Estágio Supervisionado V
CONTEÚDO: 01. Inquéritos epidemiológicos de saúde bucal; 02. Diretrizes e operacionalização da Política Nacional de Saúde Bucal no Brasil; 03. Iniquidades em saúde bucal e estratégias de intervenção individual e coletiva; 04. Indicadores de saúde bucal e monitoramento da assistência em saúde; 05. Prevenção e promoção em saúde bucal no Sistema Único de Saúde; 06. Reabilitação em saúde bucal no Sistema Único de Saúde; 07. Redes de atenção à saúde bucal no Sistema Único de Saúde; 08. Oferta de cuidado em saúde bucal na atenção primária a saúde; 09. Oferta de cuidado em saúde bucal em Centros de Especialidades Odontológicas; 10. Oferta de cuidado em saúde bucal em nível hospitalar.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Enfermagem Clínica (DENC) – CCS – CAMPUS I
Área: Fundamentos de Enfermagem
CONTEÚDO: 01. Introdução ao Exame Físico e Exame Físico Geral; 02. Exame físico específico (Cabeça e pescoço, tórax e sistemas: respiratório, cardiovascular, digestório, neurológico e musculoesquelético); 03. Administração de medicamentos parenteral e não parenteral; 04. Necessidade de Oxigenoterapia; 05. Necessidade de Higiene corporal; 06. Necessidade de integridade física – Curativos; 07. Necessidade de Nutrição (sondagem nasogástrica, nasoentérica); 08. Necessidade de eliminação urinária (sondagem vesical de demora e de alívio) e intestinal (lavagem intestinal e enema).
REFERÊNCIAS: Básica: BARROS, ALBL; LOPES, JL; MORAIS, SCR. Procedimentos de Enfermagem para a prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2019. BARROS, ALBL e cols. Anamnese e Exame Físico: Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. Rio de Janeiro: Artmed, Grupo A, 2021. POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem: conceitos, processos e prática. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. TAYLOR, CR, et al. Fundamentos de Enfermagem - a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. VOLPATO, ACB; PASSOS, VCS. Técnicas básicas de enfermagem. 6ª Edição -São Paulo: Triall Editorial- Editora Martinari. 476p. 2023. Complementar: BRASIL. LEI N 7.498/86. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília, 1986. BRASIL. Decreto. 94.406/87. Regulamenta a Lei 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília, 1987. Classificação das Intervenções de Enfermagem NIC. BUTCHER, HK. [et al.]; tradução Vilma Ribeiro de Sousa Vargas, Denise Costa Rodrigues. 7 ed. Rio de Janeiro: GEN- Grupo Editorial Nacional S.A. Publicado pelo selo Editora Guanabara Koogan Ltda., 2020. Classificação dos resultados de enfermagem NOC: mensuração dos resultados em saúde. Moorhead S [et al.]; tradução Maria Inês Corrêa Nascimento. 6 ed. Rio de Janeiro: GEN- Grupo Editorial Nacional S.A. Publicado pelo selo Editora Guanabara Koogan Ltda., 2020. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 04050/2013. Normatiza o procedimento de sondagem vesical no âmbito do sistema COFEN / Conselhos Regionais de Enfermagem. Acesso em 29/04/2024. Disponível em https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04502013-4/ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, de 6 de novembro de 2017. Acesso em 29/04/2024. Disponível em https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 619/2019. Normatiza a atuação da Equipe de Enfermagem na Sondagem Oro/nasogástrica e Nasoentérica. Acesso em 29/04/2024. Disponível em https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-619-2019/ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 736/2024. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Acesso em 29/04/2024. Disponível em https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº 567/2018. Aprova o Regulamento da atuação da Equipe de Enfermagem no Cuidado aos pacientes com feridas na conformidade do anexo a esta Resolução. Acesso em 29/04/2024. Disponível em https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofeno-567-2018/ Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2021-2023. Organizadoras, Herdman, T.H. Kamitsuru, S. Lopes, CT; tradução: Regina Machado Garcez; revisão técnica: Alba Lucia Bottura Leite de Barros... [et al.]. – 12. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2021. GARCIA, TR. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem. CIPE Versão 2019-2020. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Departamento de Fonoaudiologia (DFONO) – CCS – CAMPUS I

Área: Saúde Coletiva

CONTEÚDO: 01. Fonoaudiologia nas Redes de Atenção à Saúde; 02. Práticas intersetoriais, colaborativas e interprofissionais em saúde; 03. Conceitos básicos de epidemiologia aplicada à Fonoaudiologia; 04. Políticas Públicas de Saúde e suas implicações para a Fonoaudiologia; 05. Processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde; 06. Conceitos básicos de Planejamento e Gestão em Saúde; 07. O cuidado na perspectiva da Educação Popular em Saúde; 08. Determinantes Sociais da Saúde e a comunicação humana; 09. Formação do fonoaudiólogo para o trabalho no SUS; 10. A saúde e doença como processo social.

REFERÊNCIAS:

- AGRELI, H. F.; SILVA, J. A. M.; ANDRADE, M. S. Prática interprofissional colaborativa: contribuições para/da Ministério da Educação Universidade Federal da Paraíba Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Coordenação de Processos de Gestão de Pessoas Divisão de Seleção e Provisão fonoaudiologia. In: ANDRADE, M. S. et al. Cuidado em Saúde e Práticas Fonoaudiológica. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. 302 p.
- BARRETO S.S; CASTRO, L. Formação e práticas em saúde de fonoaudiólogos inseridos em serviços públicos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011; 16 (1): 201-210.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudeflegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html Acesso em: 17/02/2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde – Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: Conass, 2015. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2015). Disponível em: <http://www.conass.org.br> Acesso em: 17/02/2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTlxNg==> Acesso em: 17/02/2022.
- BRASIL. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p.
- CARNEVALE, L., MÄRTZ, M.L.W. Interdisciplinaridade e Fonoaudiologia no Âmbito Educacional. In: MARCHESAN, I. Q.; JUSTINO, H.; TOMÉ, M. C. Tratado de especialidades em Fonoaudiologia. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. 1180.
- COELHO, M.O.; JORGE, M.S.B. Tecnologia das relações como dispositivo do atendimento humanizado na atenção básica à saúde na perspectiva do acesso, do acolhimento e do vínculo. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 14, suppl 1. pp. 1523-1531. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000800026> Acesso em: 17/02/2022.
- CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 2a Região. Fonoaudiologia na Educação: Políticas Públicas e atuação do fonoaudiólogo. São Paulo: CRFa. 2a Região; 2010.
- GALVÃO, A. L. M. Determinantes sociais e estruturais do processo saúde-doença: uma revisão de escopo. 2019. 101f. Dissertação de Mestrado. Programa de Saúde Coletiva. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03102019-153457/> Acesso em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03102019-153457/pt-br.php>
- GOULART, B.N.G., FARIA, C.N, COSTA, S.A. Vigilância em Saúde e Fonoaudiologia In: MARCHESAN, I. Q.; JUSTINO, H.; TOMÉ, M. C. Tratado de especialidades em Fonoaudiologia. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. P723-729.
- LIMEIRA, R. R. T.; SILVA, S. M.; FIGUEIREDO, S. C. ; CASTRO, R. D.; FIGUEIREDO-OLIVEIRA, L ; OLIVEIRA, M. I. F. . Estágio em Saúde Coletiva: Formação em Fonoaudiologia. *REVISTA CIÊNCIA PLURAL*, v. 3, p. 93-110, 2018.
- MEDRONHO, R.A. et al. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002. 493 p OLIVEIRA, R. de C. Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA. Redes de Atenção à Saúde: a atenção à saúde organizada em redes. - São Luís, 2016. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/7563/1/Redes%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20sa%C3%Bade%20-%20A%20aten%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20sa%C3%Bade%20organizada%20em%20redes.pdf>. Acesso em: 17/02/2022.
- PAIM, J.S. Planejamento em saúde para não especialistas. In: CAMPOS, G.W. (org). Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz; 2013.
- PEIXOTO, M.V.S., BONAMIGO, A.W., MACHADO, M.A.M.P. Planejamento e Gestão – Interfaces das Micro e Macropolíticas de Saúde. In: MARCHESAN, I. Q.; JUSTINO, H.; TOMÉ, M. C. Tratado de especialidades em Fonoaudiologia. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.
- PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Guanabara Koogan. 1995
- RIOS, D.R. da S.; SOUSA, D.A.B. de; CAPUTO, M.C. Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2019, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180080>. Acesso em 17 Fevereiro 2022.
- ROUQUAYROL, Maria Z.; GURGEL, Marcelo. Rouquayrol - Epidemiologia e saúde. MedBook Editora, 2017.
- SERVILHA, E.A.M, SILVA, R.C. Políticas e Práticas de Promoção da Saúde – Equidade e Intersetorialidade. In: MARCHESAN, I. Q.; JUSTINO, H.; TOMÉ, M. C. Tratado de especialidades em Fonoaudiologia. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. 1180 p.
- TRINDADE, L. de L. [et al.]. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Núcleo Telessaúde Santa Catarina. Tecnologias de gestão na atenção primária à saúde [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina; autores, – Dados eletrônicos. – Florianópolis: CCS/UFSC, 2019. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/ceo/id_cpmenu/1311/Tecnologias_Gestao_Carise_Monica_15868009797589_1311.pdf Acesso em: 17/02/2022.
Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) – CEAR – CAMPUS I
Área: Gerência de projetos e empreendedorismo
CONTEÚDO: 01. Fundamentos da Inovação; 02. Inovação tecnológica; 03. Empreendedorismo; 04. Modelos de negócios; 05. Plano de Negócios; 06. Gestão de projetos; 07. Métodos de análise e priorização de projetos; 08. Matemática financeira; 09. Métodos e Métricas de Avaliação de Projetos de Investimentos; 10. Conceitos e métodos de cálculo de depreciação.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Área: Circuitos Elétricos e Dispositivos Eletrônicos
CONTEÚDO: 01. Teoremas para a análise de circuitos elétricos; 02. Circuitos de primeira e segunda ordens; 03. Circuitos de corrente alternada monofásicos e trifásicos; 04. Circuitos magnéticos e transformadores; 05. Dispositivos eletrônicos básicos (diodo, BJT, MOSFET) e suas aplicações; 06. Reguladores de tensão e fontes de alimentação; 07. Amplificadores operacionais: conceitos e aplicações; 08. Filtros elétricos; 09. Circuitos digitais combinacionais; 10. Circuitos digitais sequenciais: latches, flip-flops e máquinas de estados finitos.
REFERÊNCIAS: ALEXANDRE, Charles K.; SADIKU, Matthew N. O. Fundamentos de Circuitos Elétricos. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. BOYLESTAD, Robert. Dispositivos Eletrônicos e Teoria de Circuitos. 10ª Edição. Rio de Janeiro. PHB, 2006. FLOYD, Thomas. Sistemas Digitais: Fundamentos e Aplicações, Bookman, 2009, ISBN: 9788577801077. NILSSON, James W, Susan A. RIEDEL -Circuitos Elétricos -Prentice Hall/Pearson, 10ª. Ed,2016. RAZAVI, B. Fundamentos de Microeletrônica. 1/e Rio de janeiro: LTC, 2010. SEDRÁ, Adel S.; SMITH, Kenneth Carless. Microeletrônica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 848 p. TOCCI, Ronald J.; WIDMER, Neal S. Sistemas Digitais: Princípios e Aplicações. 11ª ed. Prentice-Hall, 2011. UMANS, S. D. Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 708 p.
Departamento de Artes Cênicas (DAC) – CCTA – CAMPUS I
Área: Práticas artístico-pedagógicas em dança
CONTEÚDO: 01. Dança na Educação Básica e a BNCC; 02. Práticas educativas em dança para pessoas com deficiência no contexto escolar; 03. Os campos de experiência da BNCC e possíveis abordagens em Dança; 04. Modos de descolonizar as práticas artísticas em dança na escola; 05. Metodologias criativas para a dança no ensino fundamental - anos finais; 06. A dança e as relações étnico-raciais: propostas pedagógicas baseadas na lei 11.645; 07. Dança no ensino médio: corpo e diversidade de gênero; 08. Brincadeiras dançadas no ensino fundamental - anos iniciais; 09. Dança no contexto escolar a partir da cultura local, festas e brincadeiras populares; 10.Processos criativos da dança na escola.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Zootecnia (DZ) – CCA – CAMPUS II
Área: Melhoramento Animal e Genética
CONTEÚDO: 01. Parentesco e endogamia; 02. Cruzamentos; 03. Herdabilidade e repetibilidade; 04. Interação genótipo ambiente em programas de melhoramento animal; 05. Correlações genéticas, fenotípicas e de ambiente e resposta correlacionada; 06. Ferramentas genômicas para o auxílio do melhoramento animal; 07. Biotecnologias da reprodução para o auxílio do melhoramento animal; 08. Replicação do DNA, transcrição e processamento do RNA e síntese proteica; 09. Genética mendeliana; 10. Mutações e alterações cromossômicas (Estrutural e numérica).
REFERÊNCIAS: GRIFFITHS, Anthony J. F. Introdução à Genética. 9.ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009, 2011. 712p. ISBN: 9788527714976. OTTO, Priscila Guimarães. Genética básica para veterinária. 4.ed.. São Paulo: Roca, 2006. 284p :il. ISBN: 8572416323. PIERCE, Benjamin A; ROSÁRIO, Beatriz Araujo do; GALLO, Claudia Vitoria de Moura. Genética:um enfoque conceitual. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, 2020. 759 p. ISBN: 9788527729055. CLARK, Andrew G et al. Princípios de Genética de Populações. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 659p. ISBN: 9788536323053. MENCK, Carlos F. M; SLUYS, Marie-Anne Van. Genética molecular básica: dos genes aos genomas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 528 p. ISBN: 9788527731676. CARDELLINO, Ricardo; ROVIRA, Jaime. Mejoramiento genetico animal. Montivideo: Hemisferio Sur, [19--]. 253p. LOPES, Paulo Sávio; PIRES, Aldrin Vieira; REIS FILHO, João Cruz; TORRES, Robledo de Almeida. Teoria do melhoramento animal. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2005. 118 p. il. PEREIRA, Jonas Carlos Campos, 1948-. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 6. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2012. 758p. VAN VLECK, L. Dale (Lloyd Dale), 1933-; POLLAK, E. John (Emilj.); OLTENACU, E. A. Branford (Elizabeth A. Branford). Genetics for the animal science. New York: W. H. BOURDON, R.M. Understanding animal breeding. Prentice Hall, New Jersey, 2000. 523p.

FALCONER, D.S. & MACKAY, T.F.C. Introduction to quantitative genetics. 4ª Longman, 1996, 464p.
FERREIRA, G.B.B. 2003. Melhoria Animal Básico. Cadernos Didáticos; n.6. UFSM, CCR, Departamento de Zootecnia. Santa Maria, RS. 76p.
Departamento de Ciências Sociais (DCS) – CCAE – CAMPUS IV
Área: Filosofia (Geral, Filosofia da Educação; Ensino de Filosofia)
CONTEÚDO: 01. Filosofia e Política; 02. Filosofia e Ética; 03. Filosofia e Tecnologia; 04. Filosofia e Linguagem; 05. Filosofia e Educação.
REFERÊNCIAS: Não há indicações

ANEXO V
REQUERIMENTO PADRÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ao [Nome do departamento responsável/nome do Centro pelo certame ou Progep/UFPB, observando-se o disposto no item 10.5 do edital]

[Nome da PARTE REQUERENTE], [estado civil], inscrito no CPF sob o nº: XXX.XXX.XXX-XX, [informar endereço completo com nome da rua, bairro, cidade], telefone/Whatsapp (XX) 9XXXX-XXXX, e-mail _____, vem, pelo presente requerimento, IMPUGNAR O EDITAL Nº XX, publicado no Diário Oficial da União nº XX, em XX/XX/202X, seção 3, págs. XX-XX, pelos motivos a seguir aduzidos, com base item 10.5, pelos motivos a seguir aduzidos]

FUNDAMENTAÇÃO

[Neste campo, deve ser indicado o item do edital a ser impugnado (ou área objeto do certame e o respectivo departamento responsável) e as razões que sustentam o requerimento, apontando seus fundamentos sob pena de indeferimento. Serão admitidas provas documentais na forma de anexo em formato PDF-A ou indicação do endereço eletrônico em que se encontram disponíveis (site do planalto para o caso de leis e outros dispositivos normativos) indicando-se explicitamente o dispositivo que fundamenta o pedido (por exemplo, no caso de impugnação baseada em lei, o interessado deve indicar artigo e lei, não apenas fazer mera menção a legislação, sob pena de indeferimento por falta de fundamentação). Não serão admitidos documentos indexados em sites de armazenamento ou nuvem. Não há rigor na linguagem utilizada, contudo a fundamentação deve ser clara e objetiva].

PEDIDO

[Deve ser descrita, de maneira clara e objetiva, a ação requerida: retificação, inclusão de área de formação, exclusão de item, modificação de redação... Por exemplo, caso o interessado deseje a alteração de requisito da área que pretende concorrer com a inclusão da área de formação que entenda ser compatível com a aquela objeto do certame, deve informar a área de inclusão. Exemplo: Requer-se a retificação do presente edital para que seja incluída a Graduação em Ciências Sociais como pré-requisito para concorrer ao processo seletivo da área de Sociologia Jurídica, do Departamento de Direito Público, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ]

LOCAL, DATA e ASSINATURA DIGITAL* [pelo gov.br ou outro validador digital]

*Assinatura digital em observância ao disposto do **Decreto nº 10.543/2020 c/c Lei nº 14.063/2020**. Não serão aceitos requerimentos com print de assinatura ou assinaturas eletrônicas que não possuam código de autenticidade/verificabilidade. Sendo assim, serão considerados documentos apócrifos e, portanto, indeferidos.

OBS: O requerimento deverá ser assinado após conversão para o formato PDF. Do contrário, a assinatura será invalidada.